Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Divulgação

35/2015

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março está disponível na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO

Diversas espécies

Ação de exibição. Laudo ambiental. Finalidade de instrução de processo principal. Autor que não demonstra o risco de perecimento do laudo objeto da ação. Ausência de risco à garantia processual da ação a justificar a ação de exibição. Negado provimento ao recurso. (TRT/SP - 00001815720145020251 - RO - Ac. 6ªT [20150519723](#) - Rel. Edilson Soares De Lima - DOE 22/06/2015)

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Indenização

Doença profissional comnexo causal nas atividades exercidas. Incapacidade parcial temporária. Indenização por danos materiais. Pensão mensal proporcional até o fim da convalescença. Incabível condenação do empregador no pagamento de pensão vitalícia, em face do esclarecimento do perito médico de que se trata de incapacidade parcial e temporária, o que sugere que a doença é passível de tratamento e cura. E se a incapacidade é temporária, não é caso de se falar em pensão vitalícia, mas, sim, em pensão enquanto perdurar a convalescência. (TRT/SP - 00020638920125020262 - RO - Ac. 9ªT [20150649201](#) - Rel. Mauro Vignotto - DOE 05/08/2015)

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Fraude

Penhora. Imóvel. Alienação fiduciária em garantia. Contrato de alienação posteriormente ao ajuizamento da demanda. O imóvel não poderia ser dado em alienação fiduciária, tampouco se poderia falar em "boa fé de terceiro", ainda mais ao se considerar que o terceiro em tela é uma empresa pública federal (CEF), detentora de todos os meios assecuratórios para recebimento de seu crédito, o que torna questionável a sua falta de diligência no ato de alienação fiduciária do imóvel objeto da demanda, uma vez que se até mesmo uma pessoa leiga costuma se precaver através de certidões forenses e pesquisas em cartórios de protestos, quanto mais um ente público. (TRT/SP - 00022185020135020006 - AP - Ac. 6ªT [20150519740](#) - Rel. Edilson Soares de Lima - DOE 22/06/2015)

CONCILIAÇÃO

Comissões de conciliação prévia

Acordo extrajudicial. Eficácia liberatória geral. Invalidez. Considerando-se a hipossuficiência jurídica e econômica do empregado perante o empregador, não se pode conferir eficácia liberatória plena ao extinto contrato de trabalho mantido entre os litigantes mediante a mera assinatura de Termo de Conciliação quando, da análise do conjunto probatório, salta aos olhos o vício de consentimento e a utilização da Comissão de Conciliação Prévia com o evidente intuito de fraudar direitos trabalhistas. Recurso ordinário da Reclamada a que se nega provimento,

neste particular. (TRT/SP - 00004458920125020010 - RO - Ac. 13ªT [20150679178](#) - Rel. Cíntia Táffari - DOE 11/08/2015)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em acidente de trabalho

Recurso ordinário. Ação de indenização por dano moral decorrente de acidente do trabalho. Nexa causal. Culpa da empregadora. I - A indenização por acidente do trabalho garantida ao trabalhador no inciso XXVIII do art. 7º da CF só é devida pelo empregador no caso de haver concomitantemente nexa causal entre a atividade profissional do trabalhador e o dano, o dano em si, que pode até mesmo ser estético ou moral, além de culpa ou dolo do empregador. Ao concorrer com culpa ou dolo para o acidente de trabalho, seja por ação no descumprimento de regras de segurança ou omissão em adotar medidas direcionadas à prevenção de acidentes, o empregador comete ato ilícito, o qual gera à vítima do infortúnio o direito à indenização. (TRT/SP - 00010781320145020372 - RO - Ac. 12ªT [20150644900](#) - Rel. Jorge Eduardo Assad - DOE 31/07/2015)

Danos morais, materiais e estéticos. Acidente de trabalho típico. Incapacidade parcial e definitiva. Culpa exclusiva da vítima não comprovada. Culpa da empresa reconhecida. Valor irrisório. No caso concreto, o típico acidente de trabalho sofrido pelo empregado apresenta todos os elementos ensejadores da obrigação de reparar. Quanto ao dano, o trabalhador sofreu perda de seu patrimônio físico que resultou em permanente redução de 5% (cinco por cento) de sua capacidade laboral. Quanto ao montante da condenação, ainda que entenda válida a determinação de parcela única de pagamento, considerando que visa reparar o dano emergente, o lucro cessante, bem como os prejuízos de ordem imaterial e estético, entendo que o valor arbitrado é baixo. Reforma para alterar o valor da indenização única para R\$ 72.245,00. Apelo da ré não provido e apelo do autor provido, no pertinente. Horas extras. Turno ininterrupto de revezamento válido. Previsão em norma coletiva. Súmula 423 do C. TST. Indevidas a sétima e oitava horas trabalhadas. Quanto ao intervalo intrajornada, a concessão parcial do intervalo intrajornada não é válida, mesmo que prevista em norma coletiva, por tratar-se de direito inerente à saúde do trabalhador, não passível de flexibilização, conforme posicionamento adotado pelo C. Tribunal Superior do Trabalho, consagrado na Súmula 437, item II do C.TST. Horas extras correspondentes são devidas. Apelo do autor provido, no pertinente. Estabilidade. Art. 118 da Lei 8.213/91. O que dá direito à estabilidade não é o afastamento ou a percepção do benefício previdenciário acidentário, mas o fato objetivo do acidente de trabalho (ou doença profissional equiparada), já que o bem jurídico tutelado é a condição do trabalhador acidentado, não a existência de uma formalidade previdenciária. Assim, para a aquisição da garantia de emprego prevista no artigo 118 da Lei 8.213/01, pouco importa a natureza ou nomenclatura do benefício previdenciário ou mesmo a emissão da CAT - comunicação do acidente, eis que tal documento pode ser emitido por terceiros. Elucidou a perita que o prazo que o reclamante necessitava para se recuperar (21 dias), além de superior aos quinze dias para concessão de benefício previdenciário (que não se deu por inércia da ré em emitir a CAT), não fora respeitado. Detinha o reclamante estabilidade no emprego. Devida a indenização correspondente. Apelo do autor provido, no pertinente. (PJe-JT TRT/SP [10002792020145020382](#) - 3ªTurma - RO - Rel. Luciana Carla Correa Bertocco - DEJT 07/08/2015)

Indenização por dano moral em geral

Danos morais. Indenização. Para a configuração do dano moral, imprescindível se faz que a conduta tenha causado prejuízos consumados, fato que deve ser demonstrado, de forma cabal. Não evidenciada, de forma absoluta, a ofensa à garantia disposta no inciso X do artigo 5º da Carta Magna, não deve prosperar o pleito indenizatório. (TRT/SP - 00000341320145020063 - RO - Ac. 2ªT [20150648019](#) - Rel. Jucirema Maria Godinho Gonçalves - DOE 31/07/2015)

DEFICIENTE FÍSICO

Geral

Dispensa. Empregado portador de necessidades especiais. Lei nº 8.213/91. O parágrafo 1º do artigo 93 da Lei nº 8.213/91 limita o poder potestativo do empregador, visando a manutenção do preenchimento da cota legal, tendo em vista a proteção a interesses coletivos de pessoas portadoras de necessidades especiais, mas não impede a dispensa do empregado, desde que adimplida a condição pré-estabelecida, qual seja, a substituição do empregado dispensado por outro em condição semelhante, não havendo que se falar em direito à estabilidade no emprego. Recurso improvido. (TRT/SP - 00021926920145020086 - RO - Ac. 12ªT [20150415456](#) - Rel. Sonia Maria de Oliveira Prince Rodrigues Franzini - DOE 22/05/2015)

DESPEDIMENTO INDIRETO

Pressupostos

Rescisão indireta. Ônus da prova. A prova da existência de falta grave empresarial - ensejadora da cisão do vínculo laboral, de forma indireta e justificada- deve emergir robusta e cabalmente do material probatório carreado aos autos, pois se trata da penalidade máxima imposta ao contratante no âmbito do Direito do Trabalho. Trata-se de ônus processual que recai sobre a reclamante, nos estritos termos da regra distributiva contida nos artigos 818 da CLT e 333 do CPC, aplicado supletivamente ao Processo do Trabalho, em face do permissivo contido no artigo 769 da CLT. Repercussão do FGTS sobre reflexos. Devidos. O acréscimo do valor das verbas salariais em razão dos reflexos dos títulos deferidos na reclamação trabalhista acarreta a repercussão no FGTS por se tratar de títulos que compõem a base de cálculo dos depósitos fundiários. Honorários advocatícios. Indenização. Na Justiça do Trabalho, a parte não está obrigada a contratar advogado para fazer valer seus direitos (artigo 791 da CLT). Portanto, as supostas despesas que o reclamante teve com advogado não podem ser imputadas à reclamada como dano material por ela provocado. (TRT/SP - 00029369820135020086 - RO - Ac. 2ªT [20150648027](#) - Rel. Jucirema Maria Godinho Gonçalves - DOE 31/07/2015)

EMPRESA (SUCESSÃO)

Configuração

Sucessão. Transferência da carteira de clientes. O prosseguimento da atividade organizada é o aspecto relevante para a explicitação do fenômeno da sucessão, uma vez que os contratos de prestação de trabalho assalariado são feitos para perdurar de forma indeterminada. É necessário que se tenha a alienação da atividade econômica organizada, seja parcial ou total, para a configuração do fenômeno da sucessão. O sucessor, diante do fenômeno da transferência de

titularidade, adquire a responsabilidade legal dos contratos de trabalho dos empregados da unidade econômico-jurídica. A responsabilidade atinge não só os contratos atuais, como os já rescindidos antes e após a sucessão, abrangendo todos os direitos trabalhistas. Vincula-se o contrato de trabalho à empresa, atividade organizada para a geração de lucro. É irrelevante, para o contrato de trabalho, o proprietário do estabelecimento. O Direito do Trabalho é, na essência, realista e dinâmico. São estes princípios que possibilitam uma lei redigida há mais de meio século ser aplicada a relações sociais presentes. Ao adquirir a carteira de clientes da sucedida, o Empregador alienou a essência da empresa e afetou sensivelmente os contratos de trabalho estabelecidos, de forma a separar a parte lucrativa da empresa de seu setor deficitário. É, pois, nos termos dos artigos 10 e 448 da CLT, caso de sucessão trabalhista. (TRT/SP - 02838005920095020061 - AP - Ac. 14ªT [20150196835](#) - Rel. Francisco Ferreira Jorge Neto - DOE 20/03/2015)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Gestante

Estabilidade. Gestante. Retorno ao trabalho. Recusas justificadas. Renúncia ou abuso de direito não configurados. Constitui justificativa razoável a recusa de retorno ao trabalho quando a convocação é feita em data muito próxima do parto ou em juízo quando já decorrido o período estável, especialmente quando a empregada informa ter obtido nova colocação. Indenização devida. Recurso a que se dá provimento, nesse ponto. (TRT/SP - 00006251220145020083 - RO - Ac. 17ªT [20150582166](#) - Rel. Flávio Villani Macêdo - DOE 03/07/2015)

EXECUÇÃO

Bens do sócio

Desconsideração da personalidade jurídica. Redirecionamento da execução em face dos sócios. Os créditos trabalhistas tem natureza privilegiada e as hipóteses autorizadas da desconsideração da personalidade jurídica na esfera trabalhista vão além daquelas previstas no art. 50 do CC/2002. Nesse sentido, art. 28 da lei n. 8.078/90 e art. 592, II, do CPC. (TRT/SP - 01891005020065020432 - AP - Ac. 9ªT [20150737348](#) - Rel. Mauro Vignotto - DOE 26/08/2015)

Conciliação ou pagamento

Execução de acordo. Prazo para denúncia. A ausência de protesto imediato pelo exequente quanto ao descumprimento do acordo não importa em aceitação tácita, tampouco acarreta a preclusão do direito de receber o valor inadimplido devidamente acrescido da cláusula penal estabelecida no acordo (TRT/SP - 00034949420135020078 - AP - Ac. 6ªT [20150340910](#) - Rel. Antero Arantes Martins - DOE 07/05/2015)

Penhora. Em geral

Mandado de penhora no rosto dos autos. Inexistência de intimação do terceiro devedor e do credor do terceiro. Acordo entabulado. Irrecorribilidade. A penhora de créditos, nos termos do art. 671 do CPC, somente se perfaz com a intimação do terceiro devedor e de seu credor. Se reclamante e reclamada não foram intimados da penhora no rosto dos autos e transigiram entre si, tendo o acordo sido homologado sem ressalvas quanto ao crédito de terceiros, a decisão é irrecorrível. Agravo de petição ao qual se nega provimento. (TRT/SP -

01359008620075020079 - AP - Ac. 14ªT [20150593800](#) - Rel. Marcos Neves Fava - DOE 17/07/2015)

Requisitos

A determinação de encaminhamento dos autos ao arquivo geral com baixa de efeitos definitivos, encerra a discussão a respeito do prosseguimento da execução. Dá-se provimento ao agravo de instrumento. Não esgotadas todas as tentativas de localização de bens dos devedores, não há falar em expedição de Certidão de Crédito Trabalhista e arquivamento dos autos. (TRT/SP - 01743007020075020015 - AIAP - Ac. 17ªT [20150422193](#) - Rel. Sergio Jose Bueno Junqueira Machado - DOE 20/05/2015)

FÉRIAS (EM GERAL)

Cálculo da remuneração

O valor a ser considerado para cálculo das férias em dobro é o salário do empregado à época em que deveriam ser concedidas. (TRT/SP - 00788004320095020035 - AP - Ac. 17ªT [20150369730](#) - Rel. Thaís Verrastro de Almeida - DOE 08/05/2015)

FERROVIÁRIO

Aposentadoria. Complementação

Sucessão trabalhista. Das diferenças de complementação de aposentadoria. Pensão por equiparação aos proventos dos funcionários ativos da CPTM. Aplicação da tabela de transposição de cargos da CPTM. Independentemente do local onde o labor foi prestado e da região a que pertenceria à malha ferroviária, não se pode falar em sucessão de empregador entre FEPASA e CPTM quando a lei e o contrato de cisão da empresa FEPASA expressamente atribuem à Fazenda Pública estadual as obrigações relativas às aposentadorias dos ex-empregados da FEPASA, implementadas antes da data da sua cisão em 1996. (TRT/SP - 00013990320105020012 - RO - Ac. 16ªT [20150701238](#) - Rel. Dâmia Ávoli - DOE 18/08/2015)

HORAS EXTRAS

Cartão de ponto

Horas extras. Cartões de ponto válidos. Ônus da prova da autora. Tendo a reclamada acostado aos autos os registros de ponto que não apresentam marcação britânica, é da autora o ônus de provar fato constitutivo de seu direito, consoante art. 333, I, do CPC e 818 da CLT. Não tendo produzido quaisquer provas hábeis a infirmar os espelhos de ponto, indevidas as horas extras. (TRT/SP - 00013186820135020038 - RO - Ac. 3ªT [20150307220](#) - Rel. Rosana de Almeida Buono - DOE 23/04/2015)

Supressão

Supressão parcial de horas extras. Indenização. A redução parcial das horas extras habitualmente prestadas há mais de ano autoriza a concessão de indenização ao empregado, consoante Súmula nº 291, C.TST. Contudo, na hipótese, a supressão das horas extras ocorreu juntamente com a adoção de critérios de racionalização da jornada de trabalho e implantação de novo plano de cargos e salários, o que resguardou o equilíbrio econômico-financeiro dos

empregados, afastando qualquer prejuízo capaz de justificar a indenização pretendida. (TRT/SP - 00008563220145020441 - RO - Ac. 11ªT [20150622010](#) - Rel. Adriana Prado Lima - DOE 21/07/2015)

JUSTA CAUSA

Indisciplina ou insubordinação

Justa causa. Indisciplina e insubordinação. A indisciplina é uma falta caracterizada pelo descumprimento de regras gerais produzidas pelo poder organizacional do empregador. Nessa espécie de violação o empregado não afronta o chefe ou superior hierárquico, mas sim um comando abstrato. A insubordinação, por sua vez, é falta caracterizada pelo descumprimento de um comando específico, egresso diretamente de um superior hierárquico. A prova oral não deixa dúvida de que o autor cometeu indisciplina e insubordinação. Hipótese de justa causa corretamente aplicada pela ré. (TRT/SP - 00016877220145020088 - RO - Ac. 17ªT [20150582522](#) - Rel. Flávio Villani Macêdo - DOE 03/07/2015)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Vigência

Embargos de declaração. Omissão. Acolhimento para prestar esclarecimentos. As normas coletivas, por sua própria natureza, possuem vigência limitada, tal como previsto na Consolidação das Leis do Trabalho ou fixado em cláusula específica, razão pela qual suas cláusulas devem acompanhar esse limite temporal, podendo ser mantidas ou alteradas em cada negociação coletiva. Se restou evidenciado pela análise dos documentos trazidos com a prefacial a existência de divergência entre os sindicatos das categorias profissional e patronal quanto à pactuação de cláusula constante em norma coletiva, sendo certo que as CCTs juntadas aos autos não se encontravam vigentes quando da rescisão contratual da autora, não há como se deferir a garantia de emprego pretendida. (TRT/SP - 01059007320065020262 (01059200626202000) - RO - Ac. 7ªT [20150688827](#) - Rel. Dóris Ribeiro Torres Prina - DOE 14/08/2015)

NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO

Citação

Citação inicial. Validade. Artigos 774 e 841 da CLT. Nas lides trabalhistas a citação inicial é realizada em registro postal com franquia, o que torna dispensável prova da efetiva entrega, até porque o Correio está obrigado, sob pena de responsabilidade, a devolvê-la, no prazo de 48 horas, no caso de recusa de recebimento ou quando não encontrado o destinatário, situação que não contraria o que estabelece a Súmula n.º 429 do STJ. Inteligência dos artigos 774 e 841 da CLT. (PJe-JT TRT/SP [10003858920145020702](#) - 7ªTurma - RO - Rel. Doris Ribeiro Torres Prina - DEJT 03/08/2015)

NULIDADE PROCESSUAL

Cerceamento de defesa

Prova oral. discrepância. Falso testemunho. Cerceamento de defesa. Pequenas discrepâncias não são evidências incontestáveis de que a testemunha ou a parte estão mentindo. A busca da verdade real é uma via espinhosa, e o juiz deve coletar e sopesar diversos elementos antes de concluir. Mesmo que sinta que a testemunha está mentindo, deve efetuar uma pesquisa mais profunda, de

preferência permitindo a produção integral da prova. Se encerra abruptamente o depoimento, depois nega um pedido, qualquer que seja, por falta de provas, corre o risco de incidir em cerceio. Recurso Ordinário obreiro provido. (TRT/SP - 00030894220135020051 - RO - Ac. 14ªT [20150198196](#) - Rel. Davi Furtado Meirelles - DOE 20/03/2015)

PERÍCIA

Procedimento

Quanto ao acompanhamento da vistoria, o art. 431-A do CPC dispõe que a ciência da perícia será dada às partes pelo Juízo ou pelo Perito. Não ocorrendo, há nulidade a ser pronunciada. (TRT/SP - 00026374820105020015 - RO - Ac. 17ªT [20150422541](#) - Rel. Sergio Jose Bueno Junqueira Machado - DOE 20/05/2015)

PRAZO

Recurso. Intempestividade

Agravo de petição em autos apartados. O artigo 897, § 3º, da CLT, dispõe que interposto agravo de petição contra decisão de Juiz do Trabalho de primeiro grau, compete a este e não a parte, caso processado em autos apartados, a remessa a uma das turmas do TRT das peças necessárias para o exame da matéria controvertida. No caso dos autos, verifica-se que não foi juntada cópia da intimação da decisão agravada. A princípio, deveriam os autos retornar à Vara de origem a fim de que aquele juízo providenciasse a peça necessária. Contudo, considerando-se os princípios de economia e celeridade processual, que norteiam o processo do trabalho, é possível aferir a tempestividade do recurso através de outros elementos: a) o despacho de fls. 44 indica a tempestividade do recurso interposto; b) a data da intimação dos Agravantes quanto ao despacho agravado pode ser facilmente consultada no andamento processual dos autos, disponível no site deste TRT, no qual consta que a intimação ocorreu no dia 14 de fevereiro de 2014, sexta-feira, com fluência recursal até o dia 24 de fevereiro de 2014. O agravo de petição foi interposto em 24 de fevereiro de 2014, sendo, portanto, tempestivo. (TRT/SP - 00018235820145020027 - AP - Ac. 14ªT [20150198820](#) - Rel. Francisco Ferreira Jorge Neto - DOE 20/03/2015)

PRESCRIÇÃO

Decretação "ex officio"

Declaração da prescrição trabalhista de ofício. A declaração de prescrição de ofício é inaplicável no Processo do Trabalho diante da incompatibilidade do instituto com a sistemática processual trabalhista. Inteligência dos artigos 8º, 769 e 889 da CLT. (TRT/SP - 00026126720115020090 - RO - Ac. 6ªT [20150344923](#) - Rel. Antero Arantes Martins - DOE 05/05/2015)

Prazo

Recurso ordinário. Prescrição. Doenças profissionais. Ciência inequívoca das moléstias e ação ajuizada posteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004. Aplicação da prescrição prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal. Para as ações ajuizadas após a Emenda Constitucional nº 45, já diretamente nesta Justiça do Trabalho, como no caso presente, a prescrição passa a ser a prevista nos artigos 7º, inciso XXIX, da CF e 11 da CLT, ou seja, de cinco anos até o limite de dois anos após a extinção do pacto laboral, por se tratar de previsão específica do

ordenamento jurídico trabalhista. Recurso do banco-reclamado não provido. Recurso ordinário. Doenças ocupacionais. Síndrome de *burnout*. Ler. Dano moral. Arbitramento. O arbitramento da reparação deve levar em conta a condição socioeconômica das partes envolvidas, o grau de ofensa e as circunstâncias específicas que cercaram o fato. A razoabilidade e a proporcionalidade são critérios que devem balizar o arbitramento. Recurso da reclamante parcialmente provido. (TRT/SP - 00006750320115020064 - RO - Ac. 12ªT [20150164640](#) - Rel. Sonia Maria de Oliveira Prince Rodrigues Franzini - DOE 15/05/2015)

PROCESSO

Princípios (do)

Princípio *in dubio pro operario*. Matéria de prova. Inaplicabilidade. O princípio *in dubio pro operario* não se aplica à matéria probatória, a qual deve observar o princípio da persuasão racional do juízo conforme a distribuição do ônus da prova determinada pelo artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o artigo 333, I, do Código de Processo Civil. Recurso Ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00007073720135020064 - RO - Ac. 3ªT [20150538132](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 25/06/2015)

PROCURADOR

Mandato. Poderes concedidos

Irregularidade representação espólio. Inépcia inicial. No caso de defesa de espólio, demandante, a procuração deve habilitar o procurador constituído a fazê-lo e não defender aquele não demonstrou ser o inventariante. Nego provimento. (TRT/SP - 00000170320155020431 - RO - Ac. 4ªT [20150671312](#) - Rel. Ivete Ribeiro - DOE 14/08/2015)

Mandato. Substabelecimento

Recurso. Conhecimento. Mandato com prazo de validade. O substabelecimento de procuração com prazo de validade expirado prejudica o conhecimento do recurso suscrito por advogado constituído através daquele documento, nos termos da Súmula nº 164 do C. TST. Recurso ordinário das Reclamadas que não se conhece. (TRT/SP - 00007837720125020070 - RO - Ac. 13ªT [20150679186](#) - Rel. Cíntia Táffari - DOE 11/08/2015)

PROVA

Convicção livre do juiz

A rejeição da contradita não impede a valoração da prova pelo Juiz, com base no livre convencimento motivado. Inteligência do art. 131 do CPC. (TRT/SP - 00023838920135020041 - RO - Ac. 17ªT [20150236535](#) - Rel. Thaís Verrastro de Almeida - DOE 25/03/2015)

Ônus da prova

Ônus da prova. Com a confissão do preposto, decorrente do desconhecimento dos fatos que permeiam a lide, presumem-se verdadeiras as alegações da inicial, nos termos dos artigos 333 do CPC e 818 da Consolidação das Leis do Trabalho. (TRT/SP - 00010624620115020087 - RO - Ac. 4ªT [20150671274](#) - Rel. Ivete Ribeiro - DOE 14/08/2015)

Relação de emprego

No Direito do Trabalho impera a presunção de que toda prestação de serviços possui natureza subordinada e não-eventual, cabendo ao empregador que alega prestação eventual e autônoma de serviços, assim como a alegação de que o reclamante figurou como sócio, a produção de prova robusta nesse sentido. (TRT/SP - 00023288020115020083 - RO - Ac. 17ªT [20150739111](#) - Rel. Adalgisa Lins Dornellas Glerian - DOE 26/08/2015)

Vínculo de emprego. Ao alegar que o autor prestou-lhe serviços na condição de associado, a reclamada atraiu para si o encargo probatório, eis que deduziu fato impeditivo do direito obreiro (artigos 818 da CLT e 333, II, do CPC). E de tal ônus se desincumbiu satisfatoriamente. A diferença entre autonomia e subordinação jurídica nem sempre se dá de forma tão clara no plano dos fatos, uma vez que dificilmente haverá uma relação de prestação de serviços sem que haja um conjunto mínimo de diretrizes a serem observadas. (PJe-JT TRT/SP [10011848020135020472](#) - 10ªTurma - RO - Rel. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo - DEJT 25/08/2015)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Cooperativa

Vínculo de emprego. Cooperativa. A constituição Federal, em seu art. 174, parágrafo segundo, incentiva o cooperativismo e outras formas de associativismo, inexistindo qualquer óbice à criação destas, desde que legítimas em sua essência, e não destinadas a mascarar verdadeiras relações empregatícias entre os pactuantes. Não constatada autonomia na prestação de serviços pelos denominados cooperados, é de ser reconhecido o vínculo empregatício. (TRT/SP - 00020032120125020035 - RO - Ac. 3ªT [20150308021](#) - Rel. Rosana de Almeida Bueno - DOE 23/04/2015)

Estagiário

Recurso ordinário. Contrato de estágio. A doutrina e a jurisprudência elencam requisitos formais e materiais necessários à regularidade do contrato de estágio. Caso algum desses requisitos não seja observado, a relação jurídica mantida entre as partes transmudar-se-á para relação de emprego (art. 3º da CLT). (TRT/SP - 00018626820135020034 - RO - Ac. 12ªT [20150700770](#) - Rel. Jorge Eduardo Assad - DOE 14/08/2015)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Nulidade

Nulidade. Ausência de parecer ministerial. Providência desnecessária por se tratar de defesa de direitos individuais homogêneos. Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho nos termos do art. 85, § 1º, do Regimento Interno deste E. Regional, por se tratar de questão voltada à defesa de direitos individuais homogêneos. Pleito improvido. (TRT/SP - 00001904320125020007 - RO - Ac. 11ªT [20150621870](#) - Rel. Adriana Prado Lima - DOE 21/07/2015)

Nulidade. Negativa de prestação jurisdicional. Pedido de substituição do perito não apreciado. Cerceamento de defesa. Perícia formal, burocrática, que não enfrenta as questões propostas. Recurso Ordinário obreiro provido para declarar a nulidade

processual. (TRT/SP - 00018337720125020446 - RO - Ac. 14ªT [20150198005](#) - Rel. Davi Furtado Meirelles - DOE 20/03/2015)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Regime jurídico e Mudança

Execução. INSS. PCCS. Habilitação de créditos. Esta Justiça Especializada tem competência para apurar haveres somente do período celetista, e não de período posterior em que os autores tornaram-se estatutários, com o advento da Lei nº 8.212/91 que instituiu o regime jurídico único. Aplicação da OJ nº 138 da SBDI-1 do C. TST e da Súmula nº 97 do E. STJ. (TRT/SP - 00012636120115020047 - AP - Ac. 5ªT [20150672181](#) - Rel. Jomar Luz de Vassimon Freitas - DOE 07/08/2015)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Enquadramento. Em geral

Em se tratando de categoria profissional diferenciada, e estando a empresa empregadora representada por órgão de classe de sua categoria, prevalece a norma coletiva firmada pelo sindicato da categoria diferenciada. Inteligência da Súmula 374 do C. TST. (TRT/SP - 00009421720145020016 - RO - Ac. 17ªT [20150653527](#) - Rel. Adalgisa Lins Dornellas Glerian - DOE 31/07/2015)

Representação da categoria e individual. Substituição processual

Representação sindical. Acesso ao judiciário. Amplitude e limites. Reiteração, por meio de ações distintas, do mesmo debate. Possibilidade de decisões contraditórias. Improcedência. Ante a existência de conflito entre três sindicatos quanto à base territorial, mostra-se correta a decisão da autoridade administrativa competente, no sentido de aguardar o trânsito em julgado da decisão que determinará qual a correta representação sindical. O direito de ação, ou o acesso ao Judiciário, tem amplitude constitucional marcante, mas não autoriza a reiteração do mesmo debate, por meio de ações diferentes, em juízos diversos. Aguardar o trânsito em julgado das medidas já em curso constitui a salutar decisão, conforme tomada pela instância original. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 00016148820135020362 - RO - Ac. 14ªT [20150594628](#) - Rel. Marcos Neves Fava - DOE 21/07/2015)

TESTEMUNHA

Valor probante

Colheita de prova oral pelo juiz. Princípio da imediatidade. Em razão do princípio da imediatidade, a impressão obtida pelo Juiz de origem deve ser levada em consideração pelo Juízo ad quem, visto que extraída por quem teve contato direto e efetivo com a testemunha, estando ele mais apto, portanto, a avaliar a veracidade dos depoimentos. Recurso Ordinário a que se nega provimento, no particular. (PJe-JT TRT/SP [10001213820155020702](#) - 8ªTurma - RO - Rel. Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira - DEJT 12/08/2015)